

## A COGNIÇÃO NA NANOSSINTAXE

COGNITION IN NANOSYNTAX

**Teresa Cristina Wachowicz<sup>1</sup>**

tecacw@gmail.com

**RESUMO:** Este trabalho pretende investigar o pressuposto cognitivista citado esparsamente em trabalhos filiados na (ou derivados da) Nanossintaxe, o que acontece igualmente em estudos da literatura em sintaxe e/ou semântica. Nos estudos que se baseiam numa f-seq universal, com forte pressuposto cartográfico (SCENONIOUS e RAMCHAND, 2013; RAMCHAND, 2017), a hipótese é a de que a primeira zona de derivação sintática, a dos eventos, é o lugar em que os falantes arranjam uma estrutura linguística em resposta à maneira como conceptualizam o mundo. Para fundamentar a estrutura de evento, Ramchand (2008) propõe a sequência [InitP, ProcP, ResultP], e Pancheva (2009), [PathP, SourceP, GoalP, PlaceP], que fundamentam os arranjos submorfêmicos verbais e preposicionais, respectivamente. Defendemos aqui a hipótese de que essas estruturas advêm do pressuposto cognitivo de *causa* e *localismo*, presentes da semântica cognitiva (TALMY, 2001, 2011). Nesse sentido, contrariamente a Ramchand (2013), em verbos leves, gramaticalizados, mantêm a estrutura [InitP, ProcP, ResultP], de base cognitiva, e não apenas sintática.

**PALAVRAS-CHAVE:** cognição, causa, localismo.

**ABSTRACT:** This work aims to investigate the cognitivist assumption mentioned sparsely in works affiliated with (or derived from) Nanosyntax, which also happens in studies of literature in syntax and/or semantics. In studies based on a universal f-seq, with a strong cartographic postulate (SVENONIOUS e RAMCHAND, 2013; RAMCHAND, 2017), the hypothesis is that the first syntactic derivation zone, that of events, is the place where the speakers arrange a linguistic structure in response to the way they conceptualize the world. To support the event structure, Ramchand (2008) proposes the sequence [InitP, ProcP, ResultP], and Pancheva (2009), [PathP, SourceP, GoalP, PlaceP], which underlie the verbal and prepositional submorphemic arrangements, respectively. Here we defend the hypothesis that these structures come from the cognitive assumption of *cause* and *localism*, present in cognitive semantics (TALMY, 2001, 2011). In this sense, contrary to Ramchand (2013), in light verbs, grammaticalized, persist the structure [InitP, ProcP, ResultP], cognitively based, and not just syntactically based.

**KEYWORDS:** cognition, cause, localism.

---

<sup>1</sup> PhD. Professor at Universidade Federal do Paraná (UFPR).

## INTRODUÇÃO

Os estudos linguísticos de linha formal, alocados na sintaxe e/ou semântica, frequentemente referem conteúdos mentais pressupostos aos fenômenos observáveis das línguas naturais. Klein (1994), ao apresentar uma releitura essencialmente linguística de Reichenbach (1947) para o sistema temporal, do inglês, inicia seu estudo por uma emblemática frase: “Tempo e espaço são as categorias básicas da nossa experiência e da nossa *cognição*, e sem comunicação efetiva que os leve em conta, nenhuma ação coletiva coordenada, e portanto nenhuma sociedade humana, seria possível<sup>2</sup>” (p. 1, grifo nosso).

Smith (1997), igualmente, em seu basilar trabalho sobre o aspecto em diferentes línguas, defende o pressuposto cognitivo no tratamento do fenômeno, incluindo uma preciosa e recorrente comparação à semântica massivo vs. contável dos nomes:

Eu assumo que as categorias aspectuais não são dependentes da língua, mas sim são baseadas em habilidades humanas cognitivas. As pessoas distinguem tipos de situação básicos com base em suas faculdades perceptuais e cognitivas, assim como elas distinguem entidades contáveis e não contáveis às quais os nomes contáveis e massivos referem<sup>3</sup> (p. xv).

Na tendência atual de busca por universais semânticos, motivada por estudos empíricos translinguísticos, há também pinceladas sugestivas do pressuposto cognitivo. Von Stechow e Mathewson (2008), ao proporem a estrutura sintática derivacional de três grandes blocos para os lugares semânticos (de baixo para cima: léxico □ categorias funcionais □ pragmática), assumem que há uma tendência de lexicalização de conteúdos semânticos em categorias N, V e A, no primeiro bloco derivacional, e que isso “tem a ver com cognição geral e com aquisição de linguagem<sup>4</sup>” (p. 153).

Um último dado desse resgate da cognição na literatura vem da tendência experimentalista da linguística, e das ciências em geral, pois estamos no mesmo compasso epistemológico empiricista do final do século XX e começo do século XXI.

---

<sup>2</sup> “Time and space are the basic categories of four experience and our cognition, and without efficient communication about them, hence no human Society, would be possible.” (todas as traduções neste artigo são de responsabilidade da autora)

<sup>3</sup> “I assume that aspectual categories are not language dependent, but are based in human cognitive abilities. People distinguish the basic situation types on the basis on their perceptual and cognitive faculties, just as they distinguish the countable and uncountable entities to which mass and count nouns refer.”

<sup>4</sup> “...has to do with general cognition and with language acquisition.”

Krifka (2011), no projeto de sistematizar uma orientação metodológica para experimentos em semântica, faz a ressalva de que, apesar da visível arbitrariedade dos significados lexicais (aqui, resgata-se Quine, 1960, *apud* Krifka, 2011), há uma tendência atual paralela de se assumir alguma generalização – através da cognição: “assume-se hoje comumente que a linguagem é construída em largas semelhanças cognitivas sobre entidades e classes.”<sup>5</sup> (p. 248).

A grande questão que deriva da frequente referência ao pressuposto cognitivista é afinal: *o que* é essa cognição que entra nas línguas? Paralelamente à referência à cognição, a literatura também provoca a questão de *como* a cognição entra nas línguas, já que é senso comum a assunção de que todos os significados são passíveis de lexicalização, codificação ou mesmo verbalização em expressões linguísticas (Von FINTEL e MATHEWSON, 2008: 143). São efetivamente questões que ficam subjacentes às leituras, mas não são aprofundadas.

Este artigo, que recorta a presença da cognição na Nanossintaxe, tem dois objetivos: um, de investigar o pressuposto cognitivista em trabalhos filiados e/ou adjacentes à proposta do modelo da Nanossintaxe (seção 1), e outro, de propor uma relação de dependência ou conexão entre o conceito geral e abstrato da cadeia causal, que articula as informações advindas da percepção do espaço (TALMY, 2001, v. I), da cognição, e da estrutura nanossintática de representação de eventos, envolvendo tanto a tendência da lexicalização verbal (RAMCHAND, 2008), quanto a tendência de lexicalização preposicional (PANTCHEVA, 2009) (seção 2). Três fenômenos linguísticos estarão sustentando nossa hipótese de interrelação entre *causa* e expressões linguísticas: as partículas, de línguas de satélites, como o alemão e o inglês (*eat the cake up*), que lexicalizam o resultado da cadeia causal (TALMY, 2001, v. II); a causativização de verbos intransitivos (*eu subi os livros na estante*), que modulam *causa* em verbos sistemicamente monoargumentais (FERREIRA, 2017); o fenômeno das vozes (causativa, média, antipassiva, etc.), que diz do arranjo dos participantes em um evento, e que ganha generalização através de *causa* (SHIBATANI, 2006).

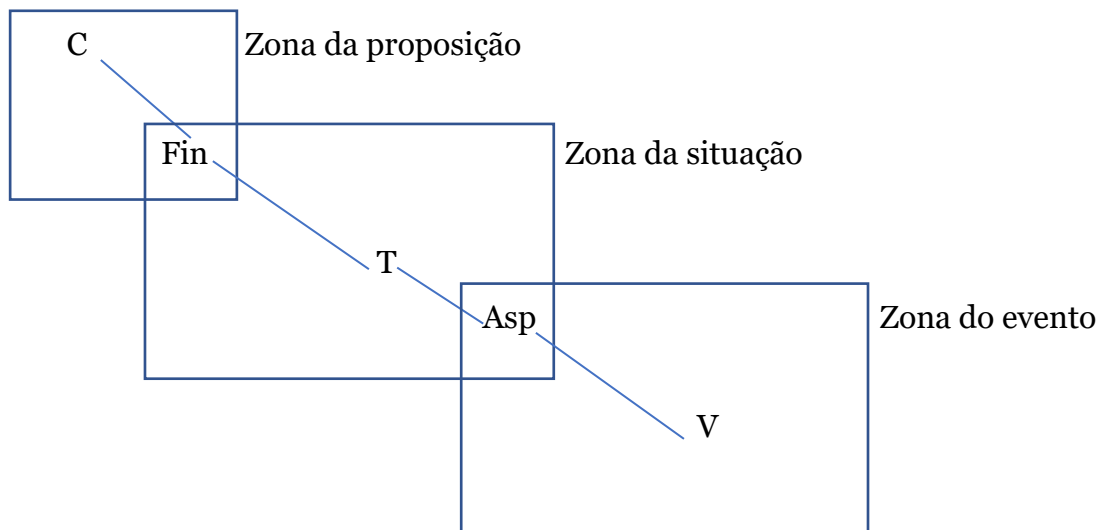
---

<sup>5</sup> “...it is now commonly assumed that language is build on broad cognitive commonalities about entities and classes.”

## 1. O PRESSUPOSTO COGNITIVISTA CAMUFLADO

Na Nanossintaxe, em um primeiro momento, podemos observar três grandes tendências teóricas que tocam no tema da cognição e sua possível relação com as estruturas linguísticas: 1) estudos que objetivam comprovar uma *f-seq* com ordenação universal, com forte pressuposto cartográfico (SVENONIOUS e RAMCHAND, 2013 e boa parte dos estudos empíricos de BAUNAZ et. al., 2018); 2) estudos na estrutura derivacional que chegam nas questões pragmáticas, como os verbos auxiliares temporais e modais (RAMCHAND, 2017); e 3) estudos de propostas de lexicalização, seguindo o Princípio do Superconjunto, em que um item lexical pode ser maior ou igual em traços do que a posição sintática que ele vai ocupar (STARKE, 2009). Esses estudos estão desdobrados na estrutura verbal (RAMCHAND, 2008, 2014) e na estrutura preposicional (PANCHEVA, 2009). Em Ramchand (2014), surge explicitamente uma questão cognitiva, que aprofundaremos com mais cuidado na próxima seção.

Na proposta de se sistematizar uma hierarquia para os verbos auxiliares, tanto modais quanto temporais e aspectuais, Svenonious e Ramchand (2013) defendem uma derivação dividida inicialmente em três grandes zonas: a zona mais baixa, dos eventos, a zona intermediária, das situações, e a zona mais alta, das proposições:



**Figura 1:** As zonas da derivação sintática, adaptada de Svenonious e Ramchand (2013: 21)

O operador aspectual (Asp) e o de finitude (Fin) atuam numa espécie de lugar de transição entre a zona do evento e a zona da situação e entre a zona de situação e

de proposição. É uma proposta semelhante à hierarquia dos lugares dos universais semânticos de Von Stechow e Mathewson (2008), e tem diálogo direto com a hipótese de universais funcionais, da zona intermediária, de Wiltschko (2014). Mas o objetivo dos autores é comprovar empiricamente uma hierarquia de posições de auxiliares, partindo inicialmente de dados do inglês, como em *He could have been being interviewed* (Ele poderia ter estado sendo entrevistado), que explicita grosso modo a ordem {T, Mod} > Perf > Prog > Pass > V (SVENONIOUS e RAMCHAND, 2013: 5).

Em vários momentos, a hierarquia está relacionada a fatores inatos, como subdomínio cognitivo, o que sugere sua inclusão à gramática universal (GU) (*ibidem*, p. 2). Isso é pressuposto cartográfico, que, claro, associa-se à Sintaxe Gerativa. Mas as relações com a cognição não param por aí. Na primeira zona da derivação, a dos eventos, os autores assumem que a interpretação dos papéis dos atores do evento depende de uma noção de ‘macro-evento’, que depende, por sua vez, de *interpretação causal*, a “mais básica de todas” (*ibidem*, p. 24), da cognição. Isso é ampliado à conclusão de que há uma cognição subjacente: “A fonte mais importante que nós identificamos está fundamentada, nós argumentamos, na cognição extralinguística: uma tendência cognitiva de percebermos nossas experiências em termos de eventos, situações e proposições.”<sup>6</sup> (*ibidem*, p. 33, 34). Inevitavelmente, as perguntas que ficam em suspenso aqui são as seguintes: Para além do pressuposto mentalismo da GU, de onde vem a *interpretação causal* cognitivamente sustentada? A percepção das três grandes zonas de derivação pode ser tratada cognitivamente? Como?

Em Ramchand (2017), um estudo mais audacioso para a ordem dos auxiliares, a autora assume uma diferença básica entre a zona de evento – o conteúdo conceitual do léxico - e a zona das categorias funcionais - Modo>Tempo>Aspecto -, e prevê implicações derivacionais específicas na transição entre uma zona e outra. Os eventos, nesse sentido, são entidades particulares ainda não instanciadas no tempo e no espaço - um mundo possível -, e contêm abstrações cognitivas que dão forma e significado às suas propriedades. Fica claro que a zona de baixo, dos eventos estruturados sintaticamente, deriva da percepção e modulação cognitiva, e que a zona intermediária, das operações temporais e modais, vai instanciar os eventos em situações específicas: seu estudo “oferece um sistema que será capaz de conectar mais sistematicamente a sintaxe, de um lado, e as unidades da cognição e linguagem, de

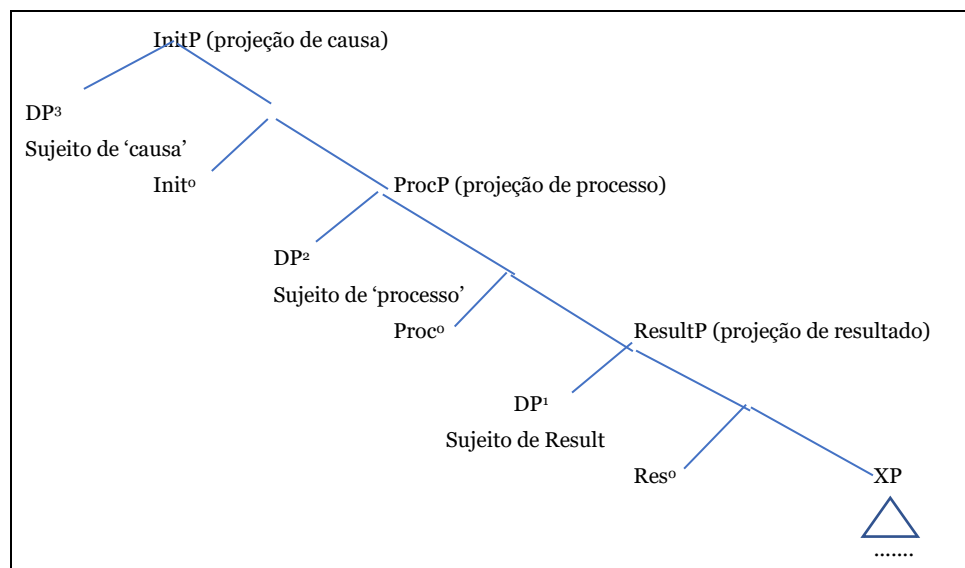
---

<sup>6</sup> “The most important source that we identify is grounded, we argue, in extralinguistic cognition. A cognitive proclivity to perceive experience in terms of events, situations and propositions.”

outro lado<sup>7</sup>” (*ibidem*, p. 14). Novamente, há perguntas instigantes quanto à natureza cognitiva dos eventos: Que sistema mental estaria atuando para articular as propriedades distintas dos eventos? Se há eventos homogêneos, como as atividades (*correr, empurrar*), na tradição vendleriana, e eventos complexos, como os *accomplishments* (*ler o livro, consertar o computador*), haveria um subsistema cognitivo responsável por essa produtiva articulação de propriedades?

É nesse espaço de conceptualização do evento – a zona mais baixa da derivação sintática – que a Nanossintaxe apresenta os estudos concentrados nos processos de lexicalização.

O trabalho inaugural de Ramchand (2008) aplica a estrutura nanossintática à análise dos verbos, esboçando uma generalização teórica entre teorias tradicionalmente abordadas separadamente: as teorias de papéis temáticos (FILLMORE, 1968; DOWTY, 1991) e as teorias de estrutura de evento ou *aktionsart* (VENDLER, 1967; DOWTY, 1979). A proposta é uma estrutura genérica que dá modulação sintática à noção filosófica (e também cognitiva) de *causa*, em uma sequência de três subeventos representados por três projeções sintáticas: [InitP, ProcP, ResultP]. É, nos termos da autora, a sintaxe da primeira fase:



**Figura 2:** A sintaxe de primeira fase (RAMCHAND, 2008, p. 39)

Assim, os arranjos de lexicalização de nós, mais a notação da (co)indexação dos sujeitos desses núcleos, derivam o que a autora chama de “classes naturais de

<sup>7</sup> “...it does offer a system which will be able to connect more systematically with the syntax on the one hand, and with the units of cognition and language processing on the other.”

verbos” (p. 108, 109). Um verbo de atividade, intransitivo, como *correr* (*run*), por exemplo, codifica ou lexicaliza os dois primeiros nós, tendo os sujeitos coindexados, pois trata-se semanticamente do mesmo indivíduo, e fica assim representado: [InitP<sub>i</sub>, ProcP<sub>i</sub>]. Já um verbo *achievement*, transitivo, como *atirar* (*throw*), lexicaliza os três nós da estrutura geral, coindexando os sujeitos dos dois últimos: [InitP, ProcP<sub>i</sub>, ResultP<sub>i</sub>].

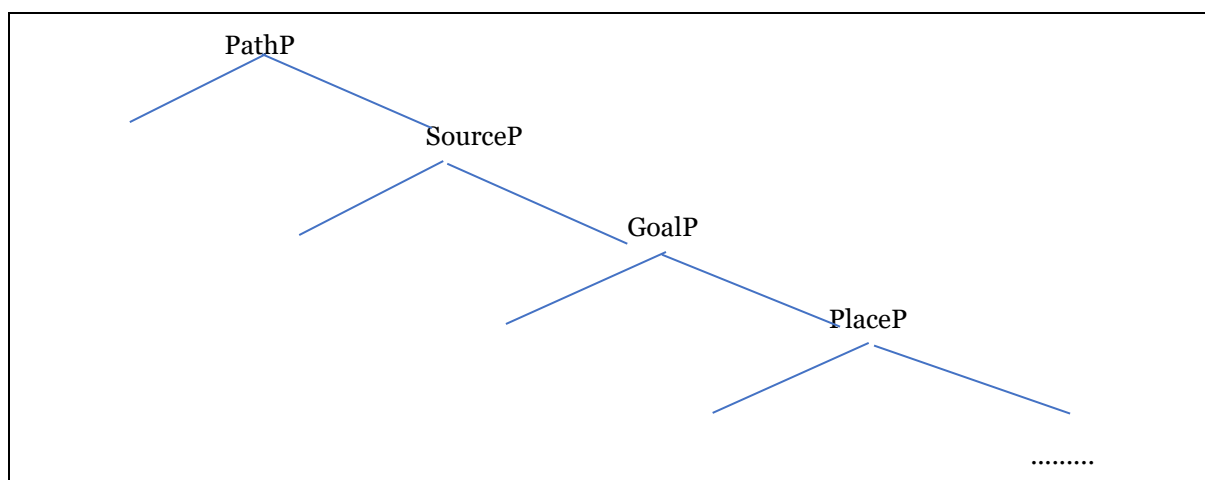
Assim como em Svenonius & Ramchand (2014), o robusto tratamento de verbos de Ramchand (2008) também traz a natureza mental da sequência sintática disponível à lexicalização dos verbos, mas a conexão entre sintaxe e cognição não é desenvolvida.

No entanto, ao explorar o conteúdo semântico dos complementos verbais, o que está representado na figura 2 por XP, ou material remático (p. 46), Ramchand lança mão das noções básicas de FIGURA e FUNDO do eixo entre percepção e cognição, resgatando novamente Talmy (1985), e associando os especificadores da estrutura [InitP, ProcP, ResultP] à noção de FIGURA, e os complementos mais baixos da estrutura à noção de FUNDO.

Verbos transitivos, tradicionalmente tratados como *accomplishments*, como *comer*, *ler* ou *pintar*, lexicalizam a estrutura [InitP, PathP]; e verbos transitivos locativos como *entrar* ou *sentar* lexicalizam a estrutura [InitP<sub>i</sub>, ProcP<sub>i</sub>, ResultP-LOC]. Mais ainda, complementos preposicionais abaixo da estrutura [InitP, ProcP, ResultP] agora ganham tratamento em termos das noções de lugar, em PlaceP, e de trajetória, em PathP: [PathP, PlaceP, DP<sub>GROUND</sub>]. Assim, um complemento preposicional locativo como *in the house* lexicaliza [PlaceP], um complemento como *into the house* lexicaliza um [PathP] delimitado, e *towards the house*, um [PathP] não limitado.

Ora, a despeito de questões derivacionais, que certamente acionam princípios básicos da gênese da Nanossintaxe, tais como o Princípio de Compartilhamento (*matching*), em Starke (2009), para fundamentar processos de lexicalização diversos, temos aqui mais questões motivadas pelos primitivos conceituais (JACKENDOFF, 1990, 2010) acionados pela autora: O que é PATH para os verbos incrementais? O primitivo PLACE, subentendido no conceito de PATH, estaria lexicalizado em verbos locativos? Inevitavelmente, emergem questões da natureza localística (GRUBER, 1968; JACKENDOFF, 1990, 2010) dessas estruturas preposicionais. O localismo, como veremos adiante, é princípio ontológico em teorias cognitivistas.

Nesse sentido, Pantcheva (2009) traz uma resposta nanossintática igualmente generalizadora, agora para a estrutura preposicional. A partir da análise das expressões preposicionais locativas de diversas línguas, a autora deriva uma hierarquia do conteúdo preposicional, granularizando o conceito primitivo PATH, assim estruturada: [PathP[SourceP[GoalP[PlaceP]]]]. A hierarquia preposicional da Figura 3 entraria no lugar da complementação XP, esboçada na Figura 2:



**Figura 3:** adaptação da estrutura preposicional de Pantcheva (2009: 14).

Assim, sentenças como (1) a (3), da própria autora (p. 9), acionam noções de *lugar*, *direcionalidade* e *trajetória* que precisam de uma estrutura refinada:

- (1) Mary ran into the house.  
(‘Maria correu pra dentro da casa’)
- (2) Mary ran out of the house.  
(‘Maria correu pra fora da casa’)
- (3) Mary ran past the house.  
(‘Maria correu passando pela casa’)

Nessas sentenças, não é o verbo *correr* que traz essas noções, e sim o seu sistema de complementação através das preposições *into*, *out of* e, no caso da terceira, da expressão preposicionada *past*. Logo, a primeira lexicaliza GoalP, a segunda SourceP, e a terceira PathP.



Embora Pantcheva se proponha a analisar os sistemas espaciais essencialmente linguísticos das línguas naturais, focando tendências de lexicalização nas preposições (do inglês) ou em sistemas de caso (do finlandês), a autora também comenta os padrões de lexicalização verbal defendidos por Talmy (2001). Assim, fica relevante observar que os primitivos localísticos, como *trajetória, fonte, alvo, lugar*, nem sempre caem - entre as línguas naturais - nas mesmas estruturas linguísticas, o que evidencia timidamente um pressuposto de indeterminação linguística (CULIOLI, 1968; FRANCHI, 1976), em que se supõe um nível pré-linguístico, ou mental, que projeta não isomorficamente o nível linguístico.

Mas o pressuposto localístico é evidente na análise de fôlego de Pantcheva; é o mesmo pressuposto de uma semântica conceitual aos moldes de Jackendoff; e é o mesmo de uma semântica cognitiva de Langacker (1990, 2008) ou Talmy (2001, 2011), tão enfatizado por Batoréo (2017). Logo, uma derradeira questão: Seria possível relacionar a cognição do *espaço* e a codificação de PathP e seus subtraços?

Obviamente, essa última pergunta é retórica, pois a resposta só pode ser ‘sim’.

É o que desenvolveremos na seção seguinte, na recuperação dos subsistemas cognitivos de Talmy (2001). A motivação imediata do fundamento cognitivista derivou de Ramchand (2014), que propõe uma discussão de base cognitivista, mas que poderia ganhar amplitude argumentativa através da noção de *cadeia causal*.

## 2. CADEIA CAUSAL E ESTRUTURA DE EVENTO

Ramchand (2014) propõe um tratamento aos verbos leves, não só do inglês como do persa e do bengali, argumentando que sua estrutura nanossintática [InitP, ProcP, ResultP], de 2008, é a que persiste no processo de gramaticalização – no percurso histórico entre verbo pleno e verbo leve. Assim, a autora defende que o que persiste é de natureza sintática, e os traços que permanecem na semântica do verbo pleno são de natureza cognitiva – do conteúdo conceitual ou enciclopédico<sup>8</sup>.

Nesta seção, gostaríamos de assumir uma hipótese inversa: o que persiste no verbo gramaticalizado é de natureza cognitiva, já que a estrutura verbal [InitP, ProcP, ResultP] representa a contraparte morfossintática de *causa* ou da cadeia causal, elemento básico e central nas teorias cognitivas. E o que permanece na semântica do

---

<sup>8</sup> Squartini (1998) defende o fenômeno de “persistência semântica” em mudanças diacrônicas das perífrases das línguas românicas na passagem de verbo pleno para verbo leve.

verbo pleno é de natureza enciclopédica (que também pode ser considerado um nível de significado cognitivo).

Mas essa distinção carrega uma questão teórica mais abrangente: a diferença entre significado estrutural sintático-semântico e significado enciclopédico, de conhecimento contextual de mundo. Tradicionalmente, a literatura nomeia esses dois planos do significado com diferentes terminologias, mas com critérios convergentes: ‘semantic form’ e ‘semantic content’ (WUNDERLICH, 1997), ‘semantic structure’ e ‘conceptual structure’ (SAEED, 2003), ou ainda ‘SMS’ e conhecimento enciclopédico (STARKE, 2009). Os primeiros componentes de significado são os que entram na gramática, os segundos são menos relevantes, e constituem o conteúdo conceitual da significação. Jackendoff (2011: 689) rompe essa distinção em favor de uma semântica conceitual que seja abrangente e não considere significado literal.

Ramchand ainda apresenta tendências teóricas diferentes quanto ao lugar em que se processa essa diferença. Um conjunto de autores, tipificado em Levin e Rappaport Hovav (1995), defende que os dois tipos de significados vêm da cognição, e preveem um módulo intermediário, entre cognição e língua, o LCS (Lexical Conceptual Structure). Outra vertente teórica, tipificada em Ramchand (2008), defende que essa distinção está na língua, estando a sintaxe responsável por gerar o significado.

Grosso modo, o significado estrutural está na forma sintático-semântica e metaforicamente ganha o nome de ‘esqueleto’, e o significado conceitual, o enciclopédico, vem do mundo e ganha o nome de ‘carne’. Lieber (2004, p. 10) sugere mesmo uma comparação da variação do léxico corpo/carne com classes que mudam, as classes abertas. Enquanto o esqueleto é comparado a classes fechadas, que não mudam. Metaforicamente, podemos mudar nosso corpo, emagrecendo ou engordando, mas não podemos trocar de esqueleto.

Para Ramchand (2014), o significado estrutural é do tipo A, e o enciclopédico é do tipo B. Ela vai defender uma opção menos comum: o significado do tipo A está codificado na sintaxe, e o do tipo B está representado no sistema conceptual-intensional da mente/cérebro (p. 208). Ora, o termo ‘intensional’, como empregado aqui, é perigoso. No mínimo ambíguo: intensional é o que não é referencial ou extensional, que denota propriedades de conjuntos de indivíduos, como numa tradição montagueana? Ou intensional é o significado que não tem relevância para as

restrições morfosintáticas? O texto dá a entender que é a segunda opção. Mas, aqui, de fato, nos deparamos com as terminologias ‘superfatoradas’.

A grande questão não é exatamente a distinção genérica entre os significados A e B, visto que ela é persistentemente recorrente na literatura, mas sim quais traços de significados estão na categoria A e quais estão na categoria B. Ramchand defende que a estrutura nanossintática de sua representação para o significado verbal – [InitP, ProcP, ResultP] -, de Ramchand (2008), é o conjunto relevante de traços para o significado A (o esqueleto), e que informações como MOVIMENTO e CONTATO, por exemplo, ficariam no módulo B, do conteúdo conceitual enciclopédico.

Com relação aos verbos, os traços A persistiriam na forma gramaticalizada do verbo leve, enquanto os traços B ficam presos à forma plena. Em (4), o verbo pleno ainda carrega o traço de MOVIMENTO; em (5), MOVIMENTO e CONTATO; mas em (6), com verbo leve, os traços de MOVIMENTO e CONTATO se perdem, e permanece a estrutura [InitP<sub>i</sub>, ProcP<sub>j</sub>, ResultP<sub>k</sub>], com sujeitos não co-indexados, típica de verbos bi-transitivos:

(4) John gave Mary a book.

(João deu um livro a Maria)

(5) John gave Mary a kiss.

(João deu um beijo em Maria)

(6) John gave a shudder.

(João deu uma tremida)

Junto a esses traços clássicos da estrutura, cuja combinação e indexação resulta em diferentes classes ‘naturais’ de verbos, parece haver outros traços que ‘escapam’ do significado B, como a leitura de dêixis, em que o estado resultante é direcionado para longe do iniciador, como em (4) e (5), e a leitura de experienciador do iniciador, como em (6). Esses traços tipo B, que escapam da forma plena à forma leve, evidenciam interpretações semânticas específicas dos verbos leves. No entanto, a autora defende que o que vai diferenciar a fronteira, às vezes fuzzy, entre o mundo A e o mundo B dos significados, é uma questão empírica (p. 213). Mas a resposta provisória é a de que os traços dos verbos leves são subconjunto dos traços de B (p. 218). Ora, e a intensionalidade?

Ao apresentar a questão central de quais traços são relevantes e quais não são, Ramchand recupera Talmy (1985), em seu seminal trabalho de confluência de traços, que diz muito sobre tipologia linguística. Algo parecido com o princípio de complementaridade entre MANNER e PATH (RAPPAPORT e LEVIN, 2019), com línguas de satélites vs. línguas sem satélites (TALMY, 2001).

Neste ponto, há uma articulação para se repensar as vertentes teóricas defendidas pela autora. Talmy (1985) propõe, sim, uma análise semântica dos verbos conforme os traços primitivos que eles codificam combinatoriamente: FIGURE, MOTION, PATH, GROUND, MANNER. As línguas, nesse sentido, se diferenciariam conforme padrões combinatórios de traços. O inglês (e as línguas de satélites) tendem a lexicalizar MOTION + MANNER nos verbos, e PATH em alguma partícula ou preposição externa ao verbo (7). O espanhol e as línguas românicas, em contrapartida, tendem a lexicalizar MOTION + PATH nos verbos, e MANNER em expressões externas ao verbo (8):

(7) He ran<sub>[Motion, Manner]</sub> out<sub>[Path]</sub> of the house.

(Ele correu pra fora da casa)

(8) Salió<sub>[Motion, Path]</sub> de la casa corriendo<sub>[Manner]</sub>.

(Saiu da casa correndo)

Essa distribuição complementar entre MANNER e PATH é retomada em inúmeros trabalhos posteriores, alocados na semântica conceitual (LEVI & RAPPAPORT-HOVAV, 2019; BARON & HERSLUND, 2005, dentre outros), que inauguraram uma linha de estudos da tipologia entre línguas baseada nos lugares linguísticos em que se lexicalizam traços semânticos.

Mas Talmy precisa justificar de onde vêm esses traços semânticos que distinguem línguas. Não são traços exclusivos das expressões linguísticas: eles vêm da cognição – ou de subsistemas cognitivos relevantes à estruturação da linguagem, amparados teoricamente em uma semântica cognitiva. Não faria sentido esses traços serem propriedades linguísticas, dado que eles não exibem padrões fixos de lexicalização, o que nomeamos acima como “indeterminação linguística”. Um traço como PATH, por exemplo, pode ‘cair’ em vários lugares linguísticos. No português brasileiro, pelo menos, na raiz do verbo (*sair*, *entrar*), na preposição (*para*, *até*), nos prefixos (*transcorrer*, *perpassar*). Inúmeros outros traços, senão todos, advindos da

cognição, exibem a mesma indeterminação. O valor aspectual iterativo, em mais um exemplo, pode ‘cair’ num infixos (*saltitar*, *apedrejar*), na raiz do verbo (*aplaudir*), num advérbio (*várias vezes*), num prefixo (*reconsiderar*).

Enfim, aqui sinalizamos uma primeira vantagem do trato conceptual-cognitivo à semântica: a indeterminação sintático-semântica dos traços primitivos relevantes ganha saída explicativa. Não se trata, portanto, de uma semântica referencial, de proposição lógica (JACKENDOFF, 2011), mas talvez tenha relações teóricas bastante interessantes com a semântica de representação derivacional, como o cálculo  $\perp$ , em cujos nós composicionais podem estar representadas as categorias cognitivas que veremos abaixo.

A semântica cognitiva de Talmy (2001) apresenta uma sistematização dos subsistemas mentais que atuam na construção das gramáticas das línguas. Com o forte argumento perceptual-gestáltico da psicologia, a semântica cognitiva está dissociando-se, nesse sentido, de um tratamento mental engessado na recursividade, da gramática gerativa, de um lado, e de um tratamento psicológico ingênuo de categorias como a percepção, a memória, frames ou a atenção (p. 2). O que o autor busca, numa terceira via, são padrões de organização do conteúdo conceptual que se desdobram na gramática das línguas. Intuitivamente, ainda, são categorias mentais básicas que estruturam a linguagem, como *espaço* e *tempo*, *eventos*, *entidades* e *processos*, *movimento* e *localização*, *força* e *causação*.

Ora, são conceitos eminentemente localísticos, que dizem de situações referenciais concretas localizadas no *espaço* (GRUBER, 1968, FILLMORE, 1976, JACKENDOFF, 1990, 2010), o que licencia alguns estudos talminianos a nomearem a sua semântica cognitiva como “semântica do espaço” (BATORÉO, 2017). As perspectivas abstratas da linguagem entrariam em um nível superior de perspectivização, ou de movimento ficcional (p. 99), mas operariam sob a mesma gramática (JACKENDOFF, 2010: 123, 147).

Sendo inicialmente uma teoria cognitiva do *espaço*, o percurso da atividade da linguagem vai da percepção do mundo para a cognição e seus subsistemas relevantes à linguagem e, por fim, à estruturação da gramática. Simplificadamente: PERCEPÇÃO  $\square$  COGNIÇÃO  $\square$  LÍNGUA. Antes do spell-out em uma fala concreta, portanto, as mentes atuam em processos cognitivos específicos à organização de frases. Os subsistemas cognitivos atuantes aqui são pelo menos cinco:

- 1) figura/fundo,
- 2) espaço/tempo,
- 3) atenção/causa,
- 4) perspectiva,
- 5) encaixamento.

Para o que nos interessa aqui, que é relacionar a semântica cognitiva à Nanossintaxe, o foco estará nos três primeiros subsistemas<sup>9</sup>.

Inicialmente, no pressuposto perceptual, olhamos o mundo e selecionamos um elemento FIGURA, o proeminente ou saliente (LANGACKER, 1993), em relação a outro elemento associado à figura, o FUNDO, o menos saliente, em relação ao qual a figura pode ou não se mover:

- (9) A caneta[FIGURA] caiu no chão[FUNDO].
- (10) A caneta[FIGURA] está na mesa[FUNDO].
- (11) João atirou a tinta[FIGURA] na parede[FUNDO].

Esses elementos são entidades concretas com traços semânticos específicos: podem ser massivos ou contáveis (tinta/caneta), singulares ou plurais (a caneta/as canetas), limitadas ou não limitadas (o pacote de canetas/canetas), humanos ou não humanos (João/caneta). São traços presentes numa literatura que já os defende como universais semânticos ( $\pm$ COUNT (DOETJES, 2011; BUNT, 2003);  $\pm$ ESPECIFIC,  $\pm$ CONCRETE;  $\pm$ ANIMATE, etc.), fortemente relevantes ao comportamento gramatical das línguas naturais.

No entanto, essas duas noções de FIGURA e FUNDO – abstratas - podem co- atuar em outros subsistemas. Uma relação de subordinação, de encaixamento, por exemplo, articula o papel de figura à sentença principal, e o papel de fundo à sentença subordinada: João caiu<sub>figura</sub> porque ficou tonto<sub>fundo</sub>.

Talmy propõe um isomorfismo representacional entre espaço e tempo; assim, a interpretação temporal de um verbo também pode ser massiva ou contável (*correr* e

---

<sup>9</sup> O subsistema da perspectiva fundamenta o comportamento do aspecto gramatical, em que o ponto de vista do aspecto perfectivo (nadou) está externo ao evento, e o ponto de vista do aspecto imperfectivo (nadava) está interno ao evento. O subsistema de encaixamento, grosso modo, nomeia a contraparte sintática da recursividade, bem como a contraparte semântica da composicionalidade.

*cair*, respectivamente); e a interpretação aspectual de uma sentença pode ser limitada ou ilimitada (*nadou, nadava*):

Continuando na fase perceptual-cognitiva, a FIGURA pode ou não se mover em relação a um FUNDO. Ao se mover, o evento percebido pode chegar a um resultado, ou mudança de estado. Então, aciona-se mais um subsistema cognitivo, o da distribuição de atenção, que estrutura a relação de *causa*. A noção mais conhecida desse subsistema é a de cadeia causal, que comporta cinco subeventos:

| [1]  | [2]  | [3]  | [4]   | [5]  |
|--|--|--|---|--|
| ato de volição do agente que ativa o movimento corporalmente | movimento do agente (corporal e parcial/total) que inicia a cadeia causal física | subeventos intermediários causalmente encadeados | penúltimo subevento = causa imediata do resultado final | subevento resultante final = objetivo do agente dentro do escopo de intenção |

**Figura 4:** representação da cadeia causal, baseada em Talmy (2001), p. 272.

São inúmeras as implicações linguísticas da cadeia causal, mas vamos destacar aqui três. Na sequência, poderemos entrar na Nanossintaxe com a noção cognitiva de *causa*.

Inicialmente, a cadeia causal pode lançar luz aos padrões de lexicalização de traços entre as línguas, como vimos nos exemplos em (7) e (8), repetidos abaixo em (12) e (13):

- (12) He ran<sub>[Motion, Manner]</sub> out<sub>[Path]</sub> of the house.  
(Ele correu pra fora da casa)
- (13) Salió<sub>[Motion, Path]</sub> de la casa corriendo<sub>[Manner]</sub>.  
(Saiu da casa correndo)

Se assumimos subsistemas cognitivos atuantes para a estruturação das línguas, a distribuição de atenção modula aqui o comportamento de línguas de satélites (inglês, alemão) – (12) -, que tendem a lexicalizar os traços do subevento [2] na raiz do verbo, como MOTION e MANNER, e os traços do subevento [5] nas partículas, ou satélites, como PATH. Os subeventos da cadeia causal, portanto, escolhem lugares linguísticos diferentes, a depender de seu padrão translinguístico. Foi o que Langacker (1993) nomeou como padrões de conceptualização de mundo, variáveis entre línguas.

As línguas que não exibem comportamento produtivo de partículas, como o espanhol e o PB, lexicalizam esses subeventos em lugares alternativos, como uma predicação secundária gerundiva (13): o traço MOTION, da etapa [2], e o traço PATH, da [5], lexicaliza no verbo, mas um subtraço de [2], MANNER, lexicaliza na oração secundária<sup>10</sup>.

Outro fenômeno linguístico que evidencia a operação na cadeia causal é a causativização de verbos intransitivos, inergativos (14) e inacusativos (15), um comportamento desviante no PB (FERREIRA, 2017):

- (14) João nadou o boneco na piscina.  
(15) João nasceu a filha num hospital fora da cidade.

Nessas sentenças, a interpretação intuitiva é a de que não há uma relação de causa direta, mas sim uma relação dinâmica de forças em que se preveem dois agentes: o agonista (quem faz a força) e o antagonista (quem reage ou sofre a força), como mostram as paráfrases (16) e (17), de (14) e (15). A dinâmica de forças, como uma situação específica da configuração causal (WOLFF, 2017), é comumente acionada em sentenças com os verbos como *fazer*, *provocar*, *mandar*, que codificam a causa indireta (SOARES DA SILVA, 2005):

- (16) João *fez* o boneco nadar na piscina.  
(17) João *fez* a filha nascer num hospital fora da cidade.

Mas o que está em jogo na causativização de intransitivos, do ponto de vista da semântica cognitiva, é uma estrutura mental – a *causa* - que seleciona itens lexicais não padrão, em determinadas línguas, como o PB, para operar em inovações linguísticas, ou criatividade gramatical. *Nadar* é convencionalmente intransitivo, uma atividade, mas pode (por pressuposto filosófico da linguagem!) lexicalizar a cadeia causal inteira para operar polissemicamente. O mesmo acontece com *nascer*, e com inúmeros dados infantis em fase de aquisição de linguagem, por vezes facilitados por expressões locativas (WACHOWICZ, 2019):

---

<sup>10</sup> Configurações diferentes dos elementos da cadeia causal podem sinalizar um tratamento alternativo e generalizante às classes aspectuais vendlerianas. Assim, se o arranjo perceptual dos elementos de figura e fundo não pressupõe movimento, ficando a cadeia causal só configurada pelo subevento [1], a classe referida é dos estados.



- (18) Me corre! (B. 3;3)  
(19) Vou nascer a plantinha no vaso. (M. 4;7)

Um terceiro fenômeno linguístico que pode ser explicado pela operação mental da cadeia causal são as vozes verbais, em que se aloca também o fenômeno das alternâncias verbais. Shibatani (2006) defende que as vozes verbais dizem respeito “à maneira como os participantes estão envolvidos nas ações, com valor comunicativo, ou relevância discursiva atribuídos aos participantes do evento a partir da natureza desse envolvimento.”<sup>11</sup> (p. 219). Essa noção intuitiva substitui as tentativas de explicação morfológica e/ou sintática, usualmente pouco abrangentes entre os tratamentos translinguísticos, em direção às bases conceptuais enraizadas na cognição humana das ações. O autor resgata a estrutura das ações de Langacker (1990), bastante semelhante à representação da cadeia causal de Talmy (2001), que figura igualmente como uma representação mental. A estrutura – absurdamente simples – prevê as fases de *origem*, *desenvolvimento* e *terminação*. E as vozes seriam consequência de operações mentais que atribuem maior relevância a uma fase em detrimento de outra. Assim, uma forma causativa (20) torna relevante a primeira fase (da origem); uma forma incoativa (21), a terceira fase (da terminação); uma voz média (22), a fase intermediária:

- (20) João quebrou o vaso.  
(21) O vaso quebrou.  
(22) Esse vaso quebra fácil.

Logicamente, as consequências morfossintáticas estariam operando de forma diferente a depender das línguas. Mas o que se propõe é um tratamento cognitivo para se explicar um fenômeno universal – das vozes verbais –, que é resultado das escolhas conceptuais que os falantes acionam para verbalizar sobre eventos do mundo. Suas operações perceptuais e cognitivas fornecem o aparato mental para essas escolhas.

---

<sup>11</sup> “[voice is primarily concerned] with the way event participants are involved in actions, and with communicative value, or discourse relevance pertaining to the event participants from the nature of this involvement.”

Retornando à Nanossintaxe, o trabalho basilar de Ramchand (2008), ao propor uma estrutura genérica de projeções sintáticas internas aos itens verbais ([InitP, ProcP, ResultP]), acabou por formalizar na estrutura submorfêmica do verbo, a própria cadeia causal de Talmy, ou a estrutura das ações de Langacker.

Mesmo o domínio espacial defendido por Pantcheva (2009), [PathP, SourceP, GoalP, PlaceP], que estaria no lugar de complemento remático do verbo, ganha aqui tratamento na semântica cognitiva, à medida em que se desenvolve nas configurações do espaço ocupado pelo elemento FUNDO. Um exemplo: a língua indígena atsugewi, da Califórnia/EUA, apresenta um sistema de sufixos verbais que lexicalizam quase 50 geometrias e trajetórias relativas ao FUNDO. Alguns exemplos (TALMY, 2001, v.I, p. 193):

-iét = into a liquid ('no líquido')

-cis = into a fire ('no fogo')

-mić = down into (or onto) the ground ('para baixo no chão')

Mais uma evidência da indeterminação linguística de lugares dos primitivos conceptuais semânticos: as geometrias do espaço do fundo ficam codificadas nos sufixos, na língua atsugewi, mas preferencialmente nas preposições, no PB.

A questão mais urgente aqui, agora, é repensarmos na própria pergunta semântica lançada por Ramchand (2014: 06): Quais componentes de significado são de fato pertinentes às gramáticas das línguas, os que fazem parte do seu *esqueleto*, ou seja, os do tipo A? Ao contrário de Ramchand (2014), que atribui os significados do tipo A à estrutura da sintaxe ([InitP, ProcP, ResultP]), e os significados do tipo B à cognição, posto que 'enciclopédicos', trazemos aqui a hipótese de que temos componentes cognitivos nos dois tipos.

Se, relativamente aos verbos leves, há uma conservação ou persistência dos traços [InitP, ProcP, ResultP] em seu processo histórico de gramaticalização, é porque eles são, antes de estrutura sintática, uma estrutura cognitiva altamente relevante às línguas: a cadeia causal, configuração do subsistema de distribuição de atenção da semântica cognitiva. Logo, os significados do tipo A são cognitivos; talvez mais relevantes do que os do tipo B, advindos de subpropriedades dos elementos centrais dos subsistemas de figura/fundo, espaço/tempo, atenção/causa, que são os primordiais à estruturação da linguagem. Outras subpropriedades, de tipo B, são

consideradas irrelevantes: CONTATO e MANEIRA, COR e VOLUME também são informações semânticas que não entram na estruturação da linguagem, segundo Talmy. Seriam traços cognitivos associados a culturas, e portanto de conhecimento de mundo, ou enciclopédicos? Não temos espaço aqui neste texto para discutir mais aprofundadamente essa questão. Mas tivemos espaço para resgatar uma teoria em semântica cognitiva que pode fortalecer o tratamento dos processos de lexicalização do domínio verbal e preposicional, em Ramchand (2008) e Pancheva (2009), especialmente.

Se o implícito da cognição percorre boa parte dos textos em semântica do tempo, do aspecto, de universais e fases derivacionais, e entra também como presença subterrânea nas discussões da Nanossintaxe, acreditamos que há um caminho para justificativas mais coerentes de seu papel nas línguas.

## CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo investigar o pressuposto cognitivista presente em vários trabalhos alocados na (ou derivados da) Nanossintaxe. Pareceu recorrente a hipótese de que a primeira zona de derivação sintática, a dos eventos, é o lugar em que os falantes arranjam uma estrutura linguística em resposta à maneira como conceptualizam o mundo. Nisso, as línguas são tão criativas quanto as possibilidades das relações entre subsistemas cognitivos. A estrutura [InitP, ProcP, ResultP], de Ramchand (2008) e a estrutura [PathP, SourceP, GoalP, PlaceP], de Pancheva (2009), que fundamentam os arranjos submorfêmicos verbais e preposicionais, respectivamente, advêm do pressuposto cognitivo de *causa* e *localismo*.

No entanto, para além do mapeamento do tratamento cognitivo na Nanossintaxe, algumas questões extremamente relevantes foram aqui pinceladas, mas mereceriam discussões bem mais aprofundadas.

A primeira delas diz respeito aos trabalhos em tipologias linguísticas, fundamentados na semântica de linha conceitual ou cognitiva (Talmy, 2001, Levin e Rappaport-Hovav, 2019, Baron & Herslund, 2005). Se formos mais a fundo nessa investigação, talvez encontremos maiores pistas às gramáticas das línguas do que as noções intuitivas de ‘frames’ e/ou de ‘conceptualização de mundo’. No atual estado da literatura da área, já temos fortes indícios de que o traço  $\pm$ COUNT, que tem relação direta com  $\pm$ TELIC, mais do que instrumento de categorização de expressões

linguísticas, são modos de organizar o subsistema cognitivo de espaço/tempo – que distinguem comportamentos entre as línguas.

Outro conceito forte que ficou sem solução: o famoso significado do conteúdo enciclopédico. Afinal, ele é produto da história das culturas, ou contém traços que respingam na gramática? O próprio termo ‘enciclopédico’ parece bastante bizarro. Ele sugere inclusive algo do nível epistemológico: o conjunto do saber humano construído historicamente. MANEIRA e CONTATO, por exemplo, tão caros nos trabalhos de Beth Levin e Malka Rappaport-Hovav, seriam enciclopédicos ou estariam causando restrições linguísticas em categorias verbais monoargumentais (*correr, andar, nadar*) e poliargumentais (*dar, espirrar, encher*), respectivamente? Jackendoff (2011) valoriza esses traços, especialmente para quebrar uma visão tradicional de significado literal (p. 689).

Mas talvez a discussão mais interessante, posto que no recorte da filosofia da linguagem, diz respeito à hipótese de indeterminação linguística defendida esparsamente neste trabalho. Na forte tendência empiricista da Linguística atual, a pesquisa da gramática de outras línguas, que não o inglês ou outras do eixo Europa-EUA, provocaram forte investigação sobre os universais semânticos. É o que encontramos em Mathewson (2006), sobre as línguas atemporais com sistemas modais bastante particulares, em Smith (1997, 2012), sobre os universais de aspecto, e Shibatani (2006), sobre o fenômeno das vozes – verificado em todas as línguas. Com esse movimento epistemológico, ficou claro que os dados falam mais do que uma regra geral de natureza sintática, por exemplo. O argumento cognitivista, nesse sentido, fornece algum alento, ou pelo menos uma alternativa para generalizações. É o mesmo argumento que aparece camuflado dos estudos em Nanossintaxe, e que tentamos mapear neste trabalho.

## REFERÊNCIAS

BARON, Irène; HERSLUND, Michael. Langues endocentriques et langues exocentriques – approche typologique du danois, du français et de l’anglais. In: *Langue Française*, 145, v. 1, 2005, p. 35-53.

BATORÉO, Hanna Jakubowicz. Tipologia do espaço e tipologia das línguas na Linguística Cognitiva: proposta de Leonard Talmy. In: Alvaro, P.T.; Ferrari, L. (eds.). *Linguística cognitiva: pensamento, linguagem e cultura*. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, v. I, 2017, p. 136-177.

BAUNAZ, Lena; De CLERCQ, Karen; HAEGEMAN, Liliane; LANDER, Eric (eds.). *Exploring Nanosyntax*. Oxford University Press, 2018.

BUNT, Harry. Mass Terms. In: Brown, K. (Ed.). *Encyclopaedia of Language and Linguistics*, Second Edition. Elsevier, Amsterdam, 2003, p. 5757-5760.

CULIOLI, Antoine. La formalization en linguistique. In: *Cahiers pour l'analyse*, n. 9, 1968, p. 106-117.

DOETJES, Jenny. Count/mass distinctions across languages. In: Maienborn, Claudia; von Stechow, Klaus ; Portner Paul (Eds.) *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*, Volume 3, 2011, p. 2559-2581.

DOWTY, David. Thematic proto-roles and argument selection, In: *Language*, 67, no. 3, p. 547- 619, 1991. DOWTY,

\_\_\_\_\_. *Word meaning and Montague grammar*. Dordrecht: Reidel, 1979.

FERREIRA, Thayse Letícia. *O processo de causativização de inergativos e inacusativos do português brasileiro: por uma abordagem nanossintática*. Dissertação. 173 p. Mestrado em Linguística, UFSCar, 2017.

FILLMORE, Charles J. 1968. The case for case. In: E. Bach & R. T. Harms (eds.). *Universals of Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1–88.

FRANCHI, Carlos. Linguagem - atividade constitutiva. In: Franchi, E; Fiorin, J.L. (Orgs.). *Linguagem, atividade constitutiva – teoria e poesia*. São Paulo: Parábola, 2011[1976]. p. 33-74.

GRUBER, Jeffrey S. *Studies in lexical relations*. PhD, MIT, 1965, 310p.

JACKENDOFF, Ray. Conceptual semantics. In: Maienborn, Claudia; von Stechow, Klaus ; Portner Paul (Eds.) *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*, Volume 1, p. 688-709, 2011.

\_\_\_\_\_. *Meaning and the lexicon: the parallel architecture 1997-2010*. Oxford University Press, 2010.

\_\_\_\_\_. *Semantics and cognition*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.

KLEIN, Wolfgang. *Time in language*. London: Routledge, 1994.

KRIFKA, Manfred. Varieties of semantic evidence. In: Maienborn, Claudia; von Stechow, Klaus ; Portner Paul (Eds.) *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*, Volume 3, p. 242-268, 2012.

\_\_\_\_\_. Thematic relations as links between nominal reference and temporal constitution. In SAG, I. A.; SZABOLCSI, A. (Ed.). *Lexical matters*. Stanford: CSLI lecture notes, n. 24, p. 29-53, 1992.

LANGACKER, Ronald W. *Cognitive grammar: a basic introduction*. Oxford University press, 2008

\_\_\_\_\_. Universals of construal. In: *The annual Proceedings of the Berkeley Linguistic Society*: General session and parasession on semantic typology and semantic universals, 1993, p. 447-463.

LEVIN, Beth; Rappaport-Hovav, Malka. Lexicalization patterns. In: Trusswell, R (ed.). *The Oxford Handbook of event structure*. Oxford University Press, 2019, p. 395-425.

\_\_\_\_\_. *Argument Realization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LIEBER, Rochelle. *Morphology and lexical semantics*. Cambridge University Press, 2004.

MAIENBORN, Claudia; VON HEUSINGER, Klaus ; PORTNER Paul (Eds.) *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*, 2011-2012.

MATHEWSON, Lisa. Temporal semantics in a superficially tenseless language. In: *Linguistics and Philosophy*, 29, 2006, p. 673–713

PANTCHEVA, Marina Blagoeva. Directional expressions cross-linguistically: nanosyntax and lexicalization. In: *Nordlyd* 36, 1 special issue on Nanosyntax. Svenonius, P; Ramchand, G. Starke, M.; Taraldsen, K.T. (Eds.), 2009, p. 7-39.

RAMCHAND, Gillian Catriona. *Situations and syntactic structures – rethinking auxiliaries and order in English*. The MIT Press: Cambridge, Massachusetts; London, England, 2017.

\_\_\_\_\_. On structural meaning vs. Conceptual meaning in verb semantics. *Linguistics Analysis*, n. 39, v. 1-2, 2014, p. 207-243.

\_\_\_\_\_. *Verb meaning and the lexicon*. Cambridge, 2008.

RAMCHAND, Gillian Catriona; SVENONIOUS Peter. Deriving the functional hierarchy. *GLOW* 36, Lund University April 4, 2013, p. 1-23.

REICHENBACH, Hans. *Elements of symbolic logic*. New York: Macmillan, 1947.

SAEED, John I. *Semantics*. 2<sup>a</sup> edition. Blackwell Publishing, 2003[1997].

SHIBATANI, Masayoshi. On the conceptual framework for voice phenomena. In: *Linguistics*, 44, v.2, 2006, p. 217–269

SOARES da SILVA, Augusto. Semântica e cognição da causação analítica em português. In: Miranda, N.S.; NAME, M.C. (orgs.). *Linguística e cognição*. Juiz de Fora/MG: Ed. UFJF, 2005, p. 11-47.

SMITH, Carlotta. *The Parameter of Aspect*. Dordrecht: Kluwer, 1997.

\_\_\_\_\_. Tense and aspect: time across languages. In: MAIENBORN, Claudia; Von HEUSINGER, Klaus; PORTNER, Paul (Eds.). *Semantics*. De Gruyter, 2012, p. 2581-2608.

STARKE, M. Nanosyntax: a short primer to a new approach to language. *Special issue on Nanosyntax*. Nordlyd, v. 36, n.1, 2009.

TALMY, Leonard. Cognitive semantics: an overview. In: Maienborn, Claudia; von Stechow, Klaus; Portner, Paul (Eds.) *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*, Volume 1, p. 622-642, 2011.

\_\_\_\_\_. *Toward a Cognitive Semantics*. Vol. I e II. Cambridge, Mass: The MIT Press, 2001.

\_\_\_\_\_. Lexicalization patterns: semantic structure in lexical forms. In: Shopen, Timothy (Ed.) *Language Typology and Syntactic Description*, vol 3. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 57-149.

VENDLER, Zeno. Verbs and times (Cap. 4). *Linguistics in Philosophy*. Ithaca (NY): Cornell University Press, 1967, p. 21 a 32.

VON FINTEL, Kai; MATTHEWSON, Lisa. Universals in semantics. In: *The Linguistic Review*, 25, p. 139-201, 2008.

WACHOWICZ, Teresa Cristina. PATH e ilha semântica; PLACE e condição de referencialidade. In: *Revista Lingüística-UFRJ*, 15, v. 3, 2019, p. 118-140.

WILTSCHKO, Martina. *The universal structure of categories: towards a formal typology*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 2014.

WOLFF, Phillip. Force dynamics. In: Waldmann, Michael. (ed). *The Oxford Handbook of Causal Reasoning*. Oxford University Press, 2017, p. 268-305.

WUNDERLICH, Dieter. Cause and the structure os verbs. In: *Linguistic Inquiry*, 28, 1997, p. 26-68.